

ACT CELESC 2014/15

A MULETA DA LEI ELEITORAL

**DIRETORIA FOGE DO DEBATE
E SE ESCONDE NO JURÍDICO**

A segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2014/15 foi das piores possíveis. Após uma primeira rodada com pequenos avanços trabalhados para formar uma boa imagem, a Diretoria da empresa apresentou suas reais intenções: **NADA PARA OS TRABALHADORES.** Novamente com poucos avanços e ataques diretos aos trabalhadores, como a tentativa de acabar com o Horário de Verão de Linha Viva, a diretoria deu mostras que o discurso de reconhecimento da importância dos celesquianos é só discurso mesmo. Com uma tática de achar desculpas para não

conceder as reivindicações dos trabalhadores, o Diretor de Gestão põe a culpa no jurídico para negar o Aumento Salarial, citando a Lei Eleitoral, que, na sua visão distorcida, impediria ganho real em ano de eleição. Além disso propõe manter a lógica de reajuste através de mix de índices, o que os trabalhadores já deixaram claro que não aceitam. A reivindicação é por aumento salarial e não por reajuste. A lei eleitoral não pode interferir na negociação coletiva, onde trabalhadores e empresa tem autonomia para definir os ganhos de remuneração. É apenas uma das inúmeras formas de desinformar, con-

fundir e enrolar para negar o ganho real.

Além de desrespeitar os trabalhadores, o Diretor de Gestão dá mostras de que não tem autonomia para negociar com os sindicatos. Afinal de contas, se quem dá as cartas é o jurídico, não precisamos de diretor. É preciso parar de repetir o parecer e reproduzir um discurso barato. Se não há autonomia, que venha toda a diretoria negociar.

No boletim distribuído à categoria logo após a negociação os sindicatos da Intercel já deixaram claro: não adianta ficar achando desculpa para negar o ganho real.

SE A DIRETORIA NÃO RESPEITAR OS TRABALHADORES, É GREVE.

SIM

Horário Flexível
Controle das ordens de serviço
Dia para exames preventivos
Comissão de Recursos Humanos
Sistema de Compensação
Lojas de Atendimento
Doadores de Sangue
Acessibilidade
Programa Melhores Práticas
Acompanhamento Médico

NÃO

Reconhecimento de Dependente
Menor Aprendiz/Estagiário
Gratificação Ajustada
Anuidade Profissional
Uniformes
Assistente Administrativo
Diárias
Licença Maternidade (120 dias em caso de óbito da mãe)
Multa (Mantém ACT atual)
Licença Prêmio (Aceita o fracionamento em 3 períodos)
Atendimento Comercial (Mantém ACT atual)
Eventos esportivos Amadores (GT com prazo 60 dias)
Vale Cultura (GT com prazo 60 dias)
Reajuste Salarial (Mix da inflação)

RETORNA

Vale Transporte Extraordinário
Auxílio Enfermidade
Turnos de revezamento
Horário de Verão Linha Viva
Sobreaviso
Programa Vida Viva



PRÓXIMA RODADA E AVALIAÇÃO EM LAGES

A próxima rodada será o divisor de águas desta negociação. E a postura da Diretoria precisa mudar. Ao invés de desculpas e muletas é preciso seriedade para tratar as reivindicações dos celesquianos. Que a diretoria efetivamente venha para negociar e não se esconda atrás de parecer jurídico ou "entendimentos" sobre a lei. Os trabalhadores estão cansados de discurso bonitos e querem o reconhecimento onde pesa: no bolso.

Na quarta-feira, dia 10, após a rodada de negociação do dia 9, os sindicatos organizarão uma reunião ampliada com trabalhadores de todo o estado, em Lages, para debater democraticamente os rumos do Acordo e a organização da greve.

**VAMOS JUNTOS EM BUSCA DO
RECONHECIMENTO DE NOSSO VALOR!**



PERGUNTE AOS CANDIDATOS E VEJA QUEM ESTÁ COM OS TRABALHADORES



A eleição da Celos está se aproximando. No próximo dia 18 os celesquianos na ativa e os aposentados escolherão seus representantes na Diretoria Administrativo-Financeira e na Diretoria de Seguridade, respectivamente, assim como seus representantes no Conselho Fiscal da Fundação.

Há 5 semanas os candidatos da Intercel estão percorrendo o estado para conversar com os trabalhadores, expondo suas propostas, deixando clara sua base de apoio, e, principalmente, respondendo a todas as perguntas. Do político ao técnico, os candidatos da Intercel não se escondem. Enquanto alguns candidatos passam jogando com a verdade, criticando a "interferência" dos sindicatos e levantando suspeitas até sobre o Acordo Coletivo, nossa campanha é séria e voltada para a realidade e para as propostas para um futuro melhor para a família celesquiana. Neste espaço não faremos contraposição de boataria. Apenas ressaltamos o conhecimento e comprometimento dos candidatos da Intercel com os trabalhadores; qualidades necessárias para gerir a Fundação com a visão de garantir o benefício dos celesquianos e seus familiares.



Pergunte ao candidato

Os candidatos da Intercel têm respondido a todas as suas perguntas. Isso demonstra conhecimento e preparação. E os outros candidatos? Bem companheiro, é aí que você entra. Pergunte aos candidatos! Particularidades da Fundação, plano misto, transitório, plano de saúde, investimentos! Não aceite que lhe respondam que esta não é a sua área. Quem quer representar os trabalhadores deve conhecer a Fundação. Os candidatos da Intercel conhecem. E os demais? Perguntem!



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os empregados da Tractebel Energia S.A., de sua base territorial, associados ou não, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 09 de setembro de 2014, terça-feira, às 13h30min em primeira convocação com o número regulamentar de presentes e às 14h em segunda convocação com qualquer número de presentes, na rua Paschoal Apóstolo Pítsica, nº 5064, no bairro Agrônômica, na cidade de Florianópolis-SC, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discutir e votar as cláusulas da Pré-Pauta de Reivindicações Específica da categoria elétrica, que comporá a Pauta de Reivindicações a ser apresentada à Tractebel Energia S.A., com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015;
2. Outorga de poderes à Diretoria do sindicato e à FNU-CUT para procederem, junto com os demais sindicatos que compõem a INTERSUL, as negociações coletivas com a Tractebel e, se necessário, defenderem os interesses da categoria, em juízo ou fora dele;
3. Escolha de delegados para a Plenária de aprovação da Pauta de Reivindicações da categoria elétrica da Tractebel Energia S.A., com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, a realizar-se em Imbituba/SC no dia 13 de setembro de 2014.
4. Discutir e deliberar a Contribuição Assistencial de 0,5% (meio por cento) sobre os valores pagos a título de PLR 2014 em favor da INTERSUL;
5. Discutir e deliberar sobre os encaminhamentos pertinentes à Campanha Salarial de Data Base;
6. Assuntos Gerais.

CNE DEBATE COM ELETROBRAS OS NOVOS PARÂMETROS DA PLR

Reunião entre dirigentes sindicais e representantes do Sistema Eletrobras debateu proposta da empresa para nova fórmula de PLR

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) esteve reunido com os representantes do Sistema Eletrobras no dia 29 de agosto, sexta-feira, no Rio de Janeiro. A reunião teve como discussão central a nova concepção de metodologia para o pagamento da PLR dos trabalhadores da Holding. Na reunião os representantes do Sistema Eletrobras fizeram uma longa apresentação das ferramentas que estão sendo utilizadas para a construção destes novos parâmetros para PLR. De forma sintética a apresentação se baseou em três eixos: Lucro, Contrato de Metas e Desempenho (CMDE) e o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD).

Os dirigentes do CNE, após ouvirem a explanação, foram enfáticos na crítica ao atual modelo existente do SGD - que na prática já se mostrou inconsistente e perverso, pois historicamente a subjetividade nas avaliações tem trazido enormes prejuízos para os trabalhadores, que ficam refém da boa relação ou não com as gerências.

Com relação à apresentação do CMDE ficou evidente que ele privilegia os indicadores financeiros em detrimento dos resultados operacionais. Isto, com certeza, diante do quadro econômico-financeiro atual da Holding, vai afetar o resultado da PLR a ser paga aos trabalhadores. Portanto, o CNE não concordou com sua adoção como parâmetro e alertou sobre os seus riscos. O Coletivo entende que este é o momento de discutir com tranquilidade essa nova conjuntura para os trabalhadores. A PLR é uma conquista histórica e não pode ser colocada em risco. Nesse sentido, o debate com o Sistema Eletrobras continuará, buscando a interlocução com demais setores do governo.

Em breve divulgaremos um novo calendário de reuniões com a Holding.

TRACTEBEL

PLENÁRIA DA TRACTEBEL SERÁ EM IMBITUBA

Trabalhadores definirão pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2014/15

No dia 13/09 acontece em Imbituba - SC, a Plenária do trabalhadores da Tractebel de fechamento da pauta que será entregue à Diretoria da empresa no dia 16/09. A inscrição dos participantes vai até o dia 10/09 e deverá ser feita com os dirigentes sindicais de cada área ou através do e-mail intersul@intersul.org.br e ou rosilene@intersul.org.br

QUEM PODE PARTICIPAR?

Poderão participar todos(as) os(as) empregados(as) da Tractebel e acompanhantes.

As despesas com transporte, hospedagem e alimentação serão pagas pela Intersul somente para os(as) empregados(as) sindicalizados(as) a um dos sindicatos que compõem a Intersul.

Em áreas que não têm sindicato constituído as despesas serão pagas para os(as) empregados(as) que descontaram a parcela da PLR para a Intersul. A Intersul pagará as despesas para 01 (um) acompanhante observando os critérios utilizados para os(as) empregados(as) no item anterior.

A pauta é a soma das expectativas dos empregados!

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amílca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 |
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CÓDIGO DE ÉTICA: DEBATE QUE VALE PARA TODOS

Reformulação do Código de Ética atinge trabalhadores e Diretoria



A Celesc está reformulando, através de um Grupo de Trabalho, o Código de Ética da empresa. Mais do que uma ferramenta que coordena a conduta profissional dos celesquianos, o Código de Ética é uma defesa do trabalhador. Além disso, as premissas contidas no documento também valem para

diretores, assessores e demais chefias.

Para que o debate saia das portas fechadas e contemple as reivindicações e sugestões dos trabalhadores, a empresa está realizando inúmeras ações para envolver os celesquianos na discussão. Além de uma série de comunicados, acontece hoje, dia 04, na Administração Central, o "Café com Ética". Realizado pela Celesc em conjunto com a Fundação Celos, o evento conta com 2 palestras para "refletir a ética sob as mais diversas perspectivas".

Os trabalhadores que tiverem interesse em enviar sugestões para a revisão do Código de Ética devem consultar a CELNET, onde há link específico. Para os sindicatos da Intercel este é um debate onde todos somos responsáveis. Vamos juntos melhorar as condutas na Celesc.

TERCEIRIZAÇÃO

NOVA MINISTRA DO TST É CONTRA TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM

“A definição de ‘trabalhador’ na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) está atrelada a uma série de direitos que acabarão com a aprovação da terceirização na atividade-fim. A redução de custos que as empresas alegam não acontece de fato. Ao menos, não para o país, já que o índice de acidentes de trabalho são muito maiores entre os terceirizados e geram um grande custo social”

A classe trabalhadora terá mais uma aliada no Tribunal Superior do Trabalho (TST) na luta contra a terceirização sem limites. A nova ministra do TST, Maria Helena Mallmann é contra essa forma de contratação na atividade-fim, a principal da empresa. A ministra une-se a 19 dos 26 ministros do Tribunal, que, em agosto

de 2013, divulgaram um documento contrário ao Projeto de Lei (PL) 4330/2004. A medida liberava a terceirização em qualquer setor, atacava direitos trabalhistas e fragilizava a organização dos trabalhadores. “A definição de ‘trabalhador’ na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) está atrelada a uma série de direitos

que acabarão com a aprovação da terceirização na atividade-fim. A redução de custos que as empresas alegam não acontece de fato. Ao menos, não para o país, já que os índices de acidentes de trabalho são muito maiores entre os terceirizados e geram um grande custo social”, avalia Maria Helena.

MOMENTO DELICADO

A discussão sobre a terceirização atravessa um momento delicado. Após o PL ser engavetado no Congresso Nacional por conta da mobilização da CUT e das organizações cutistas, os empresários recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF), que pode julgar já em agosto uma ação civil pública da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra). A empresa questiona a decisão do TRT-MG e do Tribunal Superior do Trabalho de condená-la por terceirizar a atividade-fim e impedi-la de manter essa prática. Mesmo com a decisão do Judiciário trabalhista, o STF aceitou que o caso fosse julgado como uma Ação de Repercussão Geral.

Isso significa que não é mais a questão específica da empresa que está em pauta, mas sim se a terceirização da atividade-fim deve ser permitida no país. E, assim, a decisão passará a referendar os demais julgamentos no país. Maria Helena destaca que a Súmula 331, que atualmente norteia os julgamentos sobre a terceirização no país e impede a contratação na atividade-fim, perde a validade caso o Supremo aceite os argumentos da Cenibra. Ela ressalta que a regulamentação desse modelo de contratação tem de partir do princípio de respeito aos direitos já alcançados. Como outros juristas, ela critica o fato de o debate ocorrer no Judiciário e não em uma instância onde há maior participação popular, como o Legislativo, o que abre as portas para aprofundar um processo de precarização que afeta, inclusive, a esfera pública.

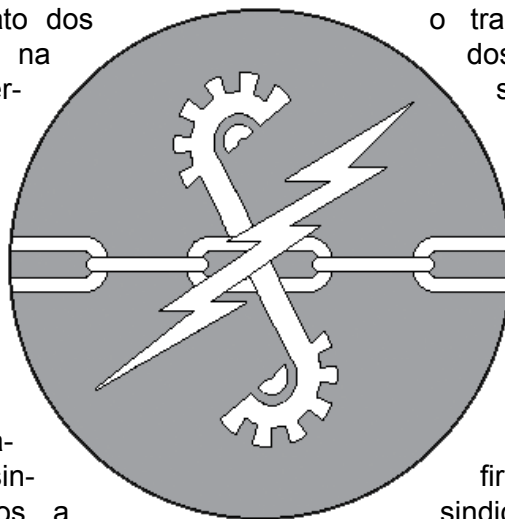
Para evitar situações como essa, em 2007 o deputado federal Vicentinho (PT-SP) apresentou na Câmara o Projeto de Lei número 1621, fruto do trabalho do GT de Terceirização da CUT Nacional. O texto foi anexado ao PL 4330, mas ignorado pelo relator do projeto de terceirização, deputado Arthur Maia (SDD-BA). Apesar disso, os princípios da proposta apresentada há sete anos ainda norteiam a luta das centrais: o direito à informação prévia quando a empresa decidir terceirizar; a responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas, quando a terceirizada não cumprir suas funções; a igualdade de direitos e de condições de trabalho entre terceirizados e contratados direitos; a penalização das empresas infratores; e, principalmente, a proibição da terceirização na atividade-fim.

ATUAL DIRETORIA DO STIEEL É REELEITA PELOS TRABALHADORES

Chapa União e Luta foi referendada em eleições realizadas dias 28 e 29 de agosto

Os trabalhadores eletricitários da região Oeste de Santa Catarina reconduziram a atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Lages e Região (STIEEL).

Realizada nos dias 28 e 29 de Agosto, a eleição contou com expressiva participação dos sindicalizados. Dos 733 sindicalizados aptos a votarem, 545 exerceram o direito democrático de escolha



de sua representação. Dos votantes, cerca de 96% referendaram a chapa, demonstrando que o trabalho de defesa dos trabalhadores e seus direitos vêm sendo realizado de acordo com os anseios dos eletricitários. Os demais sindicatos que compõem a Intercel parabenizam os companheiros e reafirmam a união dos sindicatos como a base de sustentação para a luta em defesa dos trabalhadores.

PROJETO DAS CENTRAIS SINDICAIS

